



Inspiração Arquivística

IMA 38ª edição - Janeiro / Fevereiro 2015

EDITORIAL | MATÉRIAS | AGENDA | EXPEDIENTE

 Editorial



pág. 1



págs. 2 e 3 e 4



Estamos vivendo um momento de transformação na Arquivologia, de conceitos, ideias e princípios. Ainda vivemos em alguns aspectos da Arquivologia Clássica, passando para aspectos da Arquivologia Pós-moderna. Nós lemos textos que são influenciados pelas tecnologias da informação e comunicação nos arquivos, mas existem outros aspectos a serem destacados, como, por exemplo, o da difusão cultural, que pode incluir as exposições, oficinas, mesa redonda, e eventos que promovem a reflexão, mas também a visibilidade e popularidade do arquivos, assim como já fazem os museus e as bibliotecas. Já não convivemos mais exclusivamente com pesquisadores de história ou com administradores, mas os arquivos hoje têm como usuários o público em geral em todas as diversidades raciais, tais como estudos de imigrantes, gêneros, linhas de pesquisa, numa divulgação científica e cultural.

Profa. Marizza Bottino nos deu uma entrevista, falou um pouco da sua trajetória desde o curso de História na UFF, que foi influenciada pelo Prof. José Pedro Esposel nos primeiros contatos com a área, fazendo o curso Permanente no Arquivo Nacional em 1974, que posteriormente se transformou no Curso de Arquivologia na UNIRIO. A experiência como professora na UFF e na Universidade Santa Úrsula, lecionando para bibliotecários e arquivistas. Nos relatou a sua participação como estudante idealista junto à Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. A professora representou a classe pela América Latina, na Seção de Arquivos Universitários, e Instituições de Pesquisa no Conselho Internacional de Arquivos (ICA/SUV), por ocasião de ter ocupado o cargo de direção do Arquivo Central da UNIRIO. Posteriormente, quando na

direção da Escola de Arquivologia foi eleita membro do Comitê Executivo da Seção de Ensino de Arquivologia do Conselho Internacional de Arquivo (ICA/SAE). Nos anos 1997 a 2001 ocupou a presidência da AAB. Foram 37 anos dedicados ao ensino e à pesquisa da Arquivologia no Brasil.

Vimos na exposição da pesquisa do Prof. Taiguara Villela, do Espírito Santo, orientada pela Profa. Georgete Medleg Rodrigues da Universidade de Brasília (UnB) a “Mediação Cultural dos Arquivos: O que é e para que serve?” O autor tomou como estudo de caso o Arquivo Público do Espírito Santo, visando demonstrar a importância dos arquivos na democratização dos bens patrimoniais e culturais, promovendo a democracia cultural. O autor problematizou em que medida as sucessivas gestões do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo tem entendido o arquivo como lugar da cultura? Esse entendimento pode ser dimensionado nas suas práticas de mediação cultural, em termos quantitativo e qualitativo? Importante e vigoroso tema de pesquisa que leva os leitores aos aspectos culturais dos arquivos.

Boa leitura! Não deixem de ler a Agenda com os principais eventos da área!

IMA - Inspiração Miscelânea Arquivística™



O Jornal é um periódico bimestral do curso de Arquivologia da UNIRIO. É um canal que estimula a comunicação, o debate, a pesquisa e tornou-se um projeto de extensão graças ao bom trabalho realizado por todos os integrantes da equipe. Os artigos e matérias de seus autores e colaboradores não expressam a opinião ou posicionamento do jornal, nem refletem necessariamente a posição geral do curso de Arquivologia da Unirio. O jornal é distribuído gratuitamente entre alunos e professores, circula pela comunidade acadêmica trazendo comunicação de ótima qualidade para a área arquivística. O IMA tem o apoio do PROExC (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura).

MEDIAÇÃO CULTURAL EM ARQUIVOS: O QUE É - E PARA QUE SERVE?

Taiguara Villela Aldabalde¹

Mediação Cultural é o processo cujo objeto é a cultura dirigida com uma dinâmica interativa em relação ao público para o qual se volta à estratégia da construção, cujo objetivo último é promover a democratização e a democracia cultural que resulte em produtos e serviços, tais como: a produção audiovisual, efeméride histórica, recital, mesa redonda, mostra de arte, oficina e concerto.

A mediação cultural pode servir para um determinado arquivo conquistar o reconhecimento institucional e isso é desejável porque os arquivos de modo geral não gozam de notoriedade pública e ficam reféns de orçamentos instáveis. É possível que a exploração do arquivo enquanto campo de produção cultural possa fazer a instituição arquivística ser mais conhecida e até mesmo ampliar seu desempenho como aparelho cultural para a integração com as indústrias criativas, mas todos os saldos positivos devem, em teoria, serem consequências do objetivo último da mediação cultural: promover a democratização e a democracia cultural.

A democratização cultural consiste, no caso dos arquivos públicos, em uma luta constante contra o confisco do arquivo por parte do Estado e a promoção de atividades objetivando alcançar o maior número de público possível sob o valor do universalismo. Democracia cultural, neste mesmo caso, refere-se à resistência ao ocultamento do patrimônio arquivístico e a inclusão dos cidadãos junto aos produtos e bens culturais levando em consideração seus territórios culturais.

Essas definições não são novas e apareceram em um contexto histórico bem delimitado, isto é, brotam em decorrência dos movimentos

sociais formados por afrodescendentes, feministas, estudantes, homossexuais, pacifistas, ambientalistas e socialistas que almejaram conquistas coletivas, principalmente nos Estados Unidos e na França durante a década de 1960. Nos Estados Unidos, a democratização das universidades e territórios reservados à elite branca era um dos pontos centrais da luta que culminou na Lei de Direitos Civis de 1964, quando se daria um fim oficial à segregação aos afrodescendentes. Na França, tendo como pano de fundo os protestos contra a Guerra no Vietnam, o fechamento da Universidade de Sorbonne foi o estopim para manifestações ocorridas no mês de maio de 1968, ocasião em que movimentos estudantis e operários juntaram forças ocupando o território das ruas. Entre as pautas defendidas na época estava o acesso democrático aos bens públicos. Uma das consequências disso para o patrimônio e, portanto, para os arquivos, foi uma mudança significativa, pelo menos em tese, na perspectiva da relação com os cidadãos porque ela foi ampliada de um enfoque que era dado aos usuários acadêmicos para estender ao grande público,

Mas se a democracia cultural florescia em países estrangeiros - o que acontecia no Brasil nas décadas de 1960 e 1970? Não podemos ignorar tais prováveis efeitos do Regime Militar (1964-1985) para os arquivos públicos brasileiros no que se refere ao desenvolvimento da democratização e da democracia cultural nestas instituições. A cultura não possuía autonomia e era planejada sob a ideologia conservadora presente nas Forças Armadas. O setor cultural esteve ligado a educação, ao turismo e ao desporto no âmbito federal o que refletiu nos estados e municípios onde os departamentos ou secretarias da cultura eram também submetidos à mesma estrutura sem conceber a

cultura como autonomia responsável por uma política cultural. Ainda hoje há muitos municípios e estados que com esta estrutura. É indispensável lembrar que a contracultura era um dos principais alvos das censuras e das perseguições políticas por parte dos aparelhos repressivos do Estado.

Uma vez superada oficialmente a época do regime militar e considerando artigo 215 da Constituição Brasileira de 1988 que prevê o usufruto do patrimônio cultural brasileiro sem restrições: fica consolidado que as instituições arquivísticas não podem sonegar direitos culturais². Neste sentido, a premissa de que o arquivo público é uma instituição permanente e essencial à função administrativa do Estado baseia-se no fato de que este deve fornecer garantia aos cidadãos do pleno exercício dos direitos culturais que lhes são pertinentes, ao menos no que concerne às relações entre os cidadãos e o Estado.

Essa definição é relevante porque o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo é o objeto empírico da tese em desenvolvimento “Mediação cultural em instituições arquivísticas: O caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo” orientada pela professora Georgete Medleg Rodrigues da Universidade de Brasília (UnB). A problemática a ser trabalhada consiste em duas questões interligadas: Em que medida as sucessivas gestões do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo tem entendido o arquivo como lugar da cultura? Esse entendimento pode ser dimensionado nas suas práticas de mediação cultural, em termos quantitativo e qualitativo? Os primeiros resultados serão publicados na Revista Transinformação.

> continua



ENTREVISTA MARIZA BOTTINO

Profa. Mariza Bottino¹

É possível afirmar que o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo conseguiu aumentar aproximadamente em 9.600% (nove mil e seiscentos por cento) as suas verbas comparando o ano de 2003 com receita de R\$ 30.041,38 com o exercício de 2008 que totalizou R\$ 2.882.284,37. Diversas conquistas podem ser listadas além da verba milionária: uma nova sede foi inaugurada, arquivistas foram contratados, bens adquiridos, cidadãos atendidos e a instituição arquivística ganhou reconhecimento dos governadores. Em parte essa vitória pode ser atribuída ao fato de que este arquivo estadual vem promovendo práticas de mediação cultural incluindo ciganos, comunidade LGBT, minorias étnicas imigrantes, adolescentes, lideranças das populações negras e articulando-se com a sociedade capixaba. Deste modo voltamos a ideia inicial deste breve artigo de que os saldos positivos foram consequências do objetivo último da mediação cultural: promover a democratização e a democracia cultural.

¹ Prof. MSc. (Univ. Federal do Espírito Santo)

² Assim é obrigação dos arquivos públicos respeitar o Direito à Livre Participação na Vida Cultural no contexto do Direito à Livre Criação e o Direito à Fruição, assim como aos direitos culturais assegurados aos povos que compreendem o direito e à identidade cultural. Os direitos culturais por sua vez estão indicados no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e nos artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Portanto, cabe aos serviços dos arquivos públicos manterem uma programação cultural aos cidadãos sem excluir grupos marginalizados que demandam por inclusão como crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas com deficiência, pessoas moradoras de rua, povos indígenas, populações negras e quilombolas, ciganos, ribeirinhos, varzanteiros e pescadores.

1. *Como foi a sua inserção na Arquivologia e no ensino desta área no país?*

No ano de 1974, como graduanda do curso de História na Universidade Federal Fluminense (UFF), tive meu primeiro contato com a Arquivologia através da disciplina eletiva Arquivologia II ministrada pelo querido mestre Prof. Dr. Esposel. Neste ano, se realizava em São Paulo, o II Congresso Brasileiro de Arquivologia, e, incentivados por ele, um grupo de alunos do qual participava, elaborou e apresentou uma comunicação no evento. Posso considerar o ano de 1974 o marco referencial do meu despertar para a arquivologia. Com essa motivação, no ano seguinte prestei vestibular para o Curso Permanente de Arquivo, ministrado no Arquivo Nacional, integrando a segunda turma do curso já em nível superior. Embora tenha também concluído o curso de História dirigi minha vida profissional para a arquivologia, na execução de trabalhos de organização de arquivos em empresas, cursos de treinamento e no ensino universitário. A partir de 1977 ministrei a disciplina Arquivologia nos cursos de Biblioteconomia e História da Universidade Santa Úrsula. Nesse mesmo ano foi instalado o curso de graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria e eu tive a honra de ministrar aulas para a primeira turma do curso. Continuando minha trajetória, de 1978 a 1979, estudei na Ecole Nationale des Chartes. Retornando ao Brasil, a UFF implantava seu curso de graduação em Arquivologia, e, no ano de 1980, passei a integrar o corpo docente do curso e onde também atuei como coordenadora do curso no período de 1983 a 1985. No ano de 1981 ingressei na UNIRIO ministrando aulas na graduação em Arquivologia. Enfim, 37 anos de docência no ensino superior na graduação em Arquivologia, dos quais

trinta e três dedicados à UNIRIO da qual me despeço este ano. Espaço do qual guardo muitas lembranças gratificantes e, em especial, dos alunos com os quais tive a oportunidade de conviver, compartilhar conhecimentos, trocar informações e também aprender muito com eles. Alunos queridos, obrigada!

2. *Sabemos da sua participação no desenvolvimento da área, na organização de congressos à frente da AAB, na sua participação em órgãos nacionais e internacionais, no contato com teóricos de destaque do campo arquivístico. Gostaríamos de saber como foi esta sua trajetória na área?*

Em 1975 me associei, como estudante, à AAB, participando de eventos e atividades empreendidas pelo grupo de arquivista/idealistas que integravam a associação na luta em prol da importância da arquivologia. Por acreditar no movimento associativo pude vivenciar toda a energia vital dispensada à causa arquivística por esse grupo. Durante todo esse tempo pude participar ativamente das ações desenvolvidas pela AAB, na organização de congressos, na luta para o engrandecimento da profissão, enfim, de muitos momentos importantes e que integram a história do desenvolvimento da arquivologia no país. No período de 1997 a 2001, por dois mandatos integramos a diretoria da AAB juntamente com um grupo dedicado de profissionais, todos voluntários, que dentre tantas ações, dedicou-se à manutenção do movimento associativo. Quando ocupava o cargo de direção do Arquivo Central da UNIRIO fui eleita membro do Comitê Executivo, por dois mandatos de quatro anos, representando a América Latina na Seção de Arquivos Universitários e Instituições de Pesquisa no Conselho Internacional de Arquivos (ICA/SUV). Posteriormente, quando na direção da Escola de Arquivologia fui eleita membro do >

Inspire-se com a gente
pela infovia:



FB: www.facebook.com/JornalIMA
TWITTER: @imiscelanea



• Comitê Executivo da Seção de Ensino de Arquivologia do Conselho Internacional de Arquivo (ICA/SAE). A participação enquanto membro dos comitês executivos das seções uma maior aproximação com arquivistas de outros países possibilitando a troca de informações sobre a nossa área, além de dar visibilidade seja para o Arquivo Central seja para o curso de graduação em Arquivologia quando participava de eventos na qualidade de conferencista ou ouvinte.

3. *Você acredita que a área de Arquivologia vem se consolidando como campo de conhecimento e que os arquivistas vêm firmando espaços no mercado de trabalho?*

Acredito que a Arquivologia vem evoluindo no processo de consolidação como campo de conhecimento decorrente da formação da comunidade científica nacional que começa a se delinear a partir do ensino formal de graduação, oriundo da academia. A minha formação com base nos princípios preconizados no início dos anos 70 tinha uma proposta mais técnica, fundamentada nas teorias da época e na literatura pertinente. A partir da criação de cursos de graduação na universidade, o ensino, com uma característica técnica começa a esboçar, ainda que de forma embrionária, um caráter mais científico, com ênfase na pesquisa. Mas ainda temos um longo caminho a trilhar, pois nesse

período, há aproximadamente cinco décadas quando assistimos a sistematização do ensino acadêmico, apesar das mudanças ocorridas, ainda não creio que a área esteja consolidada. Um grande passo foi dado pois até 1990 só tínhamos 2 cursos de graduação e hoje saltamos para 16. Dentre tantas medidas a serem adotadas eu destacaria: ampliar o conhecimento, e isso se alcança com seriedade e muito estudo; investir na adoção de ações conjuntas entre as 16 instituições universitárias de ensino, pois, se queremos uma área forte e com visibilidade temos que manter o foco e fomentar a união dos cursos em torno de objetivos comuns, pois ações isoladas não frutificam e, finalmente, fortalecer o movimento associativo já que hoje temos várias associações profissionais espalhadas pelo Brasil. Não podemos esquecer que a grande base do desenvolvimento da arquivologia no Brasil foi construída na década de 70 tendo como protagonista da ação a AAB, que concretizou os anseios da comunidade arquivística da época. Muito se fez, muito se está fazendo mas ainda há muito a se fazer. Para que o profissional arquivista se firme no mercado de trabalho ele precisa ser competente, ter conhecimento obtido através de muito estudo e atuar com ética. Não existe espaço para vitimização, é preciso ter orgulho de ser arquivista.

¹Profa. Mariza Bottino foi professora de Arquivologia na UFF e na UNIRIO, ex-presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB.

Agenda

Abril

O 3º ARQUIFES-Fórum de Arquivistas das IFES-Norte Nordeste – será na UFC, em Fortaleza. A data é de 15 a 18 de abril. .Mais informações: <http://arqifes.blogspot.com.br/2015/02/3-arqifes-norte-nordeste.html>

Maio

O I Congresso Internacional em Tecnologia e Organização da Informação será em São Paulo, de 20 a 22 de maio. Mais informações: <http://www.contecsi.fea.usp.br/?q=pt-br>

O XIII Curso de Segurança de Acervos culturais será de 25 a 29 de maio, oferecido pelo MAST-Museu de Astronomia e Ciências Afins. As inscrições estão abertas de 02 de

março a 08 de maio. Mais informações:http://www.mast.br/xiii_curso_de_seguranca_de_acervos_culturais_e_cientificos.html

Junho

O III Seminário Internacional de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação será em Barcelona, Espanha, de 4 a 5 de junho.

O VII Encontro de Arquivos Científicos será de 24 a 26 de junho, na Fundação Casa de Rui Barbosa . Mais informações: 21 3289-8675 / 3289-8666 ou arquivo@rb.gov.br



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
UNIRIO

ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

Expediente

Antonio Rodrigues de Andrade
Bruno Ferreira Leite
Rogério Marques de Paiva
Colunistas

Daniel Ribeiro dos Santos
Rosale de Mattos Souza
Simone Bastos Rodrigues
Revisão

Leonardo Souza Lopes de Barros
Comunicação, Projeto Gráfico
e DTP

Roberta Delecróde de Souza
Divulgação

Rosale de Mattos Souza
Coordenadora Geral do Projeto
Comunicação e Marketing
da Arquivologia

Periodicidade da publicação
BIMESTRAL

Envie seu texto para nós!

inspiracaom@gmail.com



CRIAÇÃO



LeoFotoARTE | www.ecommz.com
leofotoarte@gmail.com t.21.99831126